

Diversificação pode acabar com dependência do produtor de tabaco



Tânia Cavalcante fala sobre alternativas ao plantio do fumo

No mês em que se comemora o Dia Mundial Sem Tabaco, o *Informe INCA* entrevistou a secretária executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq), Tânia Cavalcante, sobre a importância de se incentivar alternativas ao plantio de tabaco. Saiba quais ações têm promovido a diversificação da produção agrícola e protegido a saúde do trabalhador, temas expressos nos artigos 17 e 18 do tratado internacional de saúde.

Quantas famílias no Brasil dependem unicamente da produção do tabaco atualmente? E por que incentivá-las a diversificar?

O Brasil é o segundo maior produtor e o maior exportador de folha de tabaco. Aproximadamente 150 mil famílias de agricultores se dedicam a essa atividade no país. Em 2005 eram 200 mil. E 97% da produção nacional de fumo está nos três estados do Sul. Só o Rio Grande do Sul responde por 57% da produção. A cadeia produtiva do fumo é dominada por multinacionais, que lucram explorando a mão de obra barata da agricultura familiar. Se por um lado a Política Nacional de Controle do Tabaco se preocupa em resgatar fumantes de sua dependência química da nicotina oferecendo tratamento para deixar de fumar, por outro também se preocupa em oferecer alternativas economicamente viáveis para os agricultores que produzem fumo como forma de libertá-los de uma dependência econômica que os atrela a uma cadeia produtiva que impõe graves danos a sua saúde, a da sua família e a do meio ambiente.

Qual a importância do Programa Nacional de Diversificação de Produção em Áreas Cultivadas com Tabaco?

Em 2005, devido à grande mobilização da indústria fumageira contra a ratificação da Convenção-Quadro pelo Brasil, argumentando que a adesão traria impactos negativos sobre os meios de vida das centenas de milhares de agricultores familiares que produziam tabaco, o Senado condicionou a ratificação da adesão à criação de um programa que garantisse alternativas economicamente viáveis ao fumo. Então, o Poder Executivo lançou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.

Considerando que 87% da produção nacional de fumo são exportadas, a sobrevivência dos produtores de fumo no Brasil passa a depender quase que exclusivamente de uma conjuntura global de demanda por fumo. Assim, o Programa de Diversificação passa a ter como uma de suas principais funções salvaguardar esses agricultores do esperado impacto da redução global da demanda de fumo, e, ao mesmo tempo, gerar autonomia ao promover a substituição de uma atividade baseada na monocultura por uma baseada na diversificação produtiva e de renda.

Em março, delegações estrangeiras visitaram dois bem-sucedidos empreendimentos do Programa em Santa Catarina. Quais foram os resultados da visita?

Recebemos representantes das Filipinas, da Jamaica e do Uruguai para conhecerem de perto uma amostra dos bons resultados do Programa e avaliar se o modelo pode ser empregado em seus países. As visitas foram em propriedades nos municípios de Nova Trento e Leoberto Leal, que fizeram a transição do cultivo de fumo para a agroecologia assessoradas pelo Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro). E pudemos desmistificar, na prática, o discurso da indústria do tabaco de que nada é tão rentável quanto a produção de fumo.

Fale sobre a posição do Brasil como país de referência no controle do tabaco.

O Brasil tem sido referência nas políticas de controle do tabaco e tem reduzido de forma impressionante a prevalência de fumantes. No entanto, temos que avançar: para mudar essa realidade precisamos trabalhar muito ainda. A substituição do cultivo do tabaco por outras atividades geradoras de renda, agrícolas ou não, exige participação de vários segmentos da sociedade.



Delegações estrangeiras visitaram empreendimentos do Programa em Santa Catarina